

Eugenismo, Higienismo e Racismo em Portugal na primeira metade do século XX

Hygienism, Eugenics and Racism in Portugal in the first half of the twentieth century

António Rafael Amaro*

<https://orcid.org/0000-0002-3843-6577>

Resumo

Com este artigo pretendemos destacar a influência e divulgação das concepções higienistas, eugenistas e racistas na sociedade portuguesa na primeira metade do século XX. A perspetiva eugenista galtoniana não só era conhecida em Portugal, como teve impacto nas elites intelectuais, universitárias e médicas. No entanto, as teorias e práticas eugenistas nunca foram suficientemente fortes para se terem traduzido, como aconteceu noutros países europeus, na institucionalização de medidas eugénicas radicais. A tradição higienista, a oposição católica e a reduzida aceitação da eugenia nos círculos liberais conservadores e progressistas de Portugal acabaram por condicionar a receção das teorias e práticas eugénicas no país. Esta realidade, semelhante, em muitos aspetos, ao que se verificou noutros países latinos de origem católica, tem, no entanto, algumas características específicas que exigem explicação. Em particular, as singularidades das relações entre a ciência, sociedade e projetos políticos em presença no momento da receção dos diferentes modelos de eugenia. A metodologia utilizada foi essencialmente analítico-bibliográfica. **Palavras-chave:** Eugenismo. Higienismo, Racismo. Modernização. Colonialismo.

Abstract

This paper aims to highlight the influence and dissemination of eugenics, hygienist and racist conceptions in Portuguese society in the first half of the twentieth century. However, eugenicist theories and practices have never been strong enough to have translated, as has happened in other European countries, into the institutionalization of radical eugenic measures. The hygienist tradition, Catholic opposition and the reduced acceptance of eugenics in liberal conservative and progressive circles in Portugal ended up

* Doutor em História Contemporânea. Professor Associado da Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia. Investigador Integrado do Centro de Investigação Interdisciplinar (CEIS20/UC). E-mail: aamaro@fe.uc.pt.

conditioning the reception of eugenic theories and practices in the country. This reality, similar in many respects to what has occurred in other Latin countries of Catholic origin, nevertheless has some specific characteristics that require explanation. In particular, the singularities of the relations between science, society and political projects at the time of the reception of the different models of eugenics. The methodology used was essentially analytical-bibliographic.

Keywords: Eugenics. Hygienism. Racism. Modernization. Colonialism.

Introdução

O movimento eugenista, como filosofia social, desenvolve-se no contexto do paradigma cientista e positivista, beneficiando do cruzamento com outras áreas do conhecimento em ascensão no início do século XX (medicina, psiquiatria, biologia, estatística, antropologia e demografia). Ainda assim, investigações recentes, sobre diferentes países e utilizando uma metodologia comparativa, têm demonstrado que a eugenia esteve longe de ser um movimento científico homogêneo e coerente. Pelo contrário, desenvolveu-se como um «arquipélago multiforme»¹, onde a articulação entre as posições científicas e as medidas políticas propostas pelos eugenistas variavam muito, tanto entre os Estados, quanto no interior de cada um, e mesmo ao longo do tempo².

Em resultado disso, o movimento eugenista apresenta muitas diferenças de aquiescência, sendo semelhante apenas na manutenção de alguns equívocos científicos, como foi o caso da biologização de fatores iminentemente sociais. Foi, no fundo, uma doutrina otimista e totalitária, quanto ao poder da ciência e da hereditariedade. Talvez por isso, o eugenismo foi sempre visto pelos seus críticos como uma enviesada forma de usar o triunfo da razão e da ciência. E como projeto biopolítico que também foi, acabou a alimentar algumas das mais tenebrosas utopias imperialistas e racistas do século XX.

Apesar da centralidade da hereditariedade, foram «os traços sociais e de personalidade», como a inteligência, a criminalidade, o alcoolismo, a esquizofrenia e a insanidade maníaco-depressiva», que acabaram por determinar

¹ WEINGART, Peter. «Science and Political Culture. Eugenics in Comparative Perspective» In *Scandinavian Journal of History*, v. 24, n. 2, 1999, pp. 163-177.

² KEVLES, Daniel J. *In the Name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity*. Cambridge: Harvard University Press, 1995; BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (Eds.). *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. Oxford: Oxford University Press, 2010; TURDA, Marius. *Modernism and Eugenics*. Basingstroke: Palgrave Macmillan, 2010; TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. London: Bloomsbury, 2014.

muitas das intervenções políticas e sociais eugénicas³. Estavam, aliás, erradamente convencidos que tais características eram determinadas geneticamente⁴. Nos casos em que estes erros se extremaram, a eugenia transformou-se numa poderosa tecnologia política em que o poder e o bem-estar dos povos eram determinados pela reprodução seletiva dos mais «aptos». E, no radicalismo das suas convicções, pela eliminação dos «inaptos» e «impuros rácicos»⁵. Este «racismo científico», sustentado por uma ideologia valorativa e diferenciadora das raças, classes e culturas, acabou por alimentar, como é sabido, algumas das mais perigosas utopias imperialistas⁶.

Os diferentes paradigmas científicos não se sucedem isolados das circunstâncias históricas que os produzem. Há uma estreita relação entre a ciência que se produz, a sociedade que a suporta e legítima e os projetos políticos que daqui emanam. Com efeito, a compreensão global da eugenia, nas suas diferentes manifestações e especificidades nacionais (que, como ideia não sistematizada, precede em alguns dos seus princípios e objetivos a teoria cunhada em 1883 por Francis Galton), obriga a uma ligação estreita com a História particular de cada país. Ainda mais, quando sabemos hoje que, muito embora o eugenismo nos seus efeitos mais negativos apareça associado ao Nazismo, o mesmo serviu vários poderes, à direita e à esquerda, desde ditadores e regimes totalitários, a regimes demoliberais. A crença de que era possível criar gerações futuras melhoradas, manipulando a genética humana, atravessou muitas mentes reformadoras. E neste sentido, o movimento eugenista, mais do que um conjunto claro de princípios científicos, acabou por colocar no espaço público e nas mãos do Estado uma nova forma de discutir os problemas sociais e políticos. Esta perspetiva biopolítica, protagonizada por médicos e homens de ciência, onde se cruzam higienistas, eugenistas e diferentes formas de nacionalismo, foi de facto uma ideia nova, num tempo novo e conturbado⁷. Procurou mesmo, como alguns autores reconhecem, não só a autoridade científica, mas uma certa linhagem clássica humanitária. Muitos se viam como dignos portadores de uma ideia nova, assente numa certa perspetiva de modernidade. Aliás, seguros da sua crença, poucos

³ ALLEN, Garland E. «Eugenics and Modern Biology: Critiques of Eugenics, 1910-1945» In *Annals of Human Genetics*, n. 75, 2011, p. 314.

⁴ Idem, *Ibidem*.

⁵ Idem, *op. cit.*, pp. 314-325.

⁶ BASHFORD; LEVINE, *op. cit.*

⁷ Sobre o conceito de biopolítica, cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 23, Ed. S. Paulo, Graal, 2004.

colocavam em dúvida os graves problemas ético-políticos que as suas teorias e práticas levantavam.

Será neste quadro complexo que procuraremos entender como a teoria eugenista foi rececionada em Portugal. Desde logo, perceber como os defensores da eugenia se propuseram aperfeiçoar «a raça» num ambiente cultural e ideológico, em que as causas da decadência portuguesa eram totalmente contrárias às propostas eugenistas. A regeneração da nação, em que a «raça» era vista como a «matéria prima» sujeita aos condicionalismos históricos, exigia mais educação do que intervenções eugenistas⁸.

Em termos metodológicos, utilizaremos preferencialmente fontes secundárias, procurando trazer novas interpretações sobre o modo como o projeto eugenista se confrontou com outros movimentos culturais e ideológicos que também visavam regenerar a «raça» e a nação. E assim, numa primeira secção trataremos o modo como a eugenia foi rececionada. No ponto 2, teremos em vista analisar os principais obstáculos políticos, culturais e ideológicos que condicionaram a aceitação do movimento eugenista. Por fim, na terceira secção privilegiaremos o modo como a hierarquia católica se posicionou, sobretudo na década de trinta e num contexto político autoritário e corporativo, perante o avanço das ideias eugenistas.

A receção da eugenia em Portugal

Tal como se verificou em outros países latinos, de cultura conservadora e católica, a teoria e as práticas eugénicas não foram recebidas passivamente na sociedade portuguesa. Pelo contrário, acabaram por ser assimiladas pelas conceções políticas e sociais de um país periférico (económica e culturalmente) no mundo, mas central relativamente ao vasto império colonial. Na primeira metade do século XX, o movimento eugenista encontrou em Portugal os seus defensores, mas a sua filosofia social nunca seduziu, nem à esquerda, nem à direita, as diferentes propostas de regeneração nacional. O confronto político e ideológico da primeira metade do século XX em Portugal, num contexto de crise do demoliberalismo, travava-se em torno de dois modelos de desenvolvimento capazes de superar uma modernidade que as elites intelectuais e políticas consideravam imperfeita e/ou inacabada. Para alguns, a laicização da sociedade e o legado racionalista, iluminista, demoliberal já tinha ido demasiado longe, sendo importante retornar ao período pré-liberal,

⁸ CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História. Socialismo. Política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, pp. 125-146.

instituindo uma nova ordem corporativa católica conservadora e autoritária. Para outros, pelo contrário, o que se impunha era promover o avanço da modernidade, da secularização, da democracia e do socialismo.

Foi neste quadro social, aqui simplificado, que, na prática, opunha, na sociedade portuguesa, os que defendiam o património cultural herdeiro do Iluminismo aos que pretendiam superá-lo, que o eugenismo foi rececionado em Portugal. As investigações mais significativas realizadas até ao momento, em torno da eugenia em Portugal, são unânimes em considerar que a eugenia era conhecida e discutida em instituições relevantes como a Universidade⁹. Tinha também defensores bem posicionados política e profissionalmente e com capacidade de disseminação das suas ideias, tanto em revistas da especialidade, como através da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos (SPEE), criada em 1937. Ainda assim, a teoria eugénica de aperfeiçoamento da raça cunhada por Francis Galton, não só não deixou vestígios de institucionalização política, como não incorporou os principais projetos políticos, nem à esquerda, nem à direita, que acabaram por mobilizar os portugueses entre as duas guerras mundiais. É um facto que a suposta superioridade das raças, subjacente à teoria eugenista, ajudou a legitimar a narrativa da «ação civilizadora» dos portugueses, sobre os povos colonizados, considerados inferiores¹⁰. E esta perspetiva não deixou de ser aproveitada pelo nacionalismo colonialista português, durante a I República e ainda com maior robustez ideológica com o Estado Novo, sobretudo depois de aprovado o «Acto Colonial», em 1930, e com Armindo Monteiro como Ministro das Colónias (1931-1935).

A ascensão política de Oliveira Salazar no seio da Ditadura Militar e o início do Estado Novo (1933) foi, sem dúvida, aproveitada pelos mais fervorosos eugenistas para incrustarem no autoritarismo corporativista do novo regime e do Homem Novo a criar, a ideia de purificação da raça portuguesa, sempre vista como em decadência. Mas as suas propostas eugenistas, por um lado, não se assumiram como uma alternativa credível à forte tradição higienista

⁹ CLEMINSON, Richard. *Catholicism, Race and Empire. Eugenics in Portugal, 1900-1950*. Budapest: Central European University Press, 2014; _____. «Eugenics in Portugal, 1900-1950: setting a research agenda» In *East Central Europe*, v. 38 n. 1, 2011, pp. 133-154; MATOS, Patrícia Ferraz de. «Aperfeiçoar a 'raça', salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal» In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 50, 2010, pp. 89-111. NINHOS, Cláudia. «A discussão em torno da eugenia em Portugal» In PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia. *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 209-242; PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Almedina, 2001; WEBER, Maria Julieta. «eugenia latina em Portugal e no Brasil (primeira metade do século XX)» In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, v. 63, pp. 205-217.

¹⁰ ALMEIDA, Miguel Vale de. «Longing for oneself: hybridism and miscegenation in colonial and postcolonial Portugal» In *Etnográfica*, v. 1, 2002, pp. 181-200.

no terreno e, por outro, também não foram totalmente consequentes sobre o que consideravam ser os «problemas da mestiçagem» e «cruzamentos de raça», vistos por si como formas de decadência da nação e da raça¹¹.

Eusébio Tamagnini, docente da Universidade de Coimbra e primeiro presidente da SPEE, muito influenciado pela eugenia germânica, mostrava não ter dúvidas sobre a superioridade das raças. Acreditava e defendia que as mais fortes eram dotadas de uma cultura superior e que, por isso mesmo, estariam «melhor apetrechadas» para se apossarem de vastos espaços territoriais¹². Esta narrativa, supostamente científica, não só legitimava toda a espécie de imperialismos e colonialismos, como supostamente deveria levar Portugal a adotar, a exemplo da Alemanha Nazi, práticas eugénicas que evitassem que a «raça portuguesa» entrasse em decadência. Verificamos, assim, que a eugenia tinha os seus defensores em Portugal (Eusébio Tamagnini, Mendes Correia, Barahona Fernandes, José Aires de Azevedo, para só referirmos os mais conhecidos), envolvendo médicos, cientistas e antropólogos. Contudo, mesmo na década de trinta, em que o nacionalismo imperialista/colonialista debateu-se com a aspiração de um Homem Novo, a eugenia nunca teve suficiente impacto político para levar o Salazarismo a adotar formalmente medidas de natureza eugénica.

A eugenia como biopolítica: os obstáculos políticos e culturais que condicionaram a sua receção em Portugal

A eugenia emerge dependente de uma teoria da hereditariedade que tem subjacente uma conceção da evolução biológica da população muito centrada no declínio físico, intelectual e moral da espécie humana¹³. Em Portugal, como já referimos, apesar de existirem vários defensores da eugenia e da sua institucionalização, alguns deles com clara influência germânica, a verdade é que estas ideias acabaram por não ter materialização política em leis de natureza eugénica. Richard Cleminson, na sua obra *Catholicism, Race and Empire: Eugenics in Portugal, 1900-1950*, apresenta três razões fundamentais para explicar o fraco impacto da eugenia em Portugal: 1) um baixo nível de institucionalização das práticas eugénicas; 2) a oposição dos católicos; 3) o carácter conservador do Estado Novo Corporativo¹⁴. O mesmo autor acrescenta que, em

¹¹ NINHOS, op. cit., pp. 209-242.

¹² Idem. Ibidem.

¹³ CLEMINSON, op. cit., *Catholicism, Race and Empire...*

¹⁴ Idem, Ibidem.

Portugal, a ciência e o movimento eugénico ficaram limitados a três grandes áreas de debate: estudos individualizados sobre saúde mental, muitas vezes numa perspetiva biotipológica; uma posição particular sobre a miscigenação racial no contexto do império colonial; e um modelo difuso de higiene social, maternidade e puericultura¹⁵.

O referido autor, noutro dos seus estudos, procurou ainda avaliar criticamente a inclusão de Portugal naquilo que considerou serem as duas grandes correntes internacionais sobre eugenia: o modelo de «eugenia latina» e a «eugenia germânica»¹⁶. Concluindo que, muito embora fossem audíveis as influências germânicas em Eusébio Tamagnini, José Aires de Azevedo e Leopoldina Ferreira de Paulo, a par de um fraco envolvimento de Portugal na Federação Latina Internacional das Sociedades Eugénicas¹⁷ o modelo de eugenia que dominou foi decididamente ambientalista, menos focado na “higiene racial” e mais na higiene familiar pronatalista¹⁸. Ou seja, o que teria acontecido em Portugal «foi um fluxo e refluxo de influências de diferentes tipos de eugenia, que variaram de acordo com a localidade e os contextos pessoais e institucionais»¹⁹. Enquanto Eusébio Tamagnini, em Coimbra, era claramente pró-alemão, Almeida Garrett no Porto coincidia com formas latinas de eugenia. Enquanto a antropologia em Coimbra era amplamente germânica, no Porto, onde pontificava Mendes Correia, o neolamarckismo dominava e o influente campo da higiene social partilhava semelhanças com a eugenia latina²⁰. Ou seja, não obstante as singularidades próprias de um país periférico, a enraizada e forte tradição de higiene pública, matricialmente eclética e neolamarckista, foi sempre dominante em Portugal. Aproximando, assim, a

¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁶ CLEMINSON, Richard. «Between Germanic and Latin eugenics: Portugal, 1930-1960» In *História, Ciências, Saúde - Manquinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, pp. 73-91.

¹⁷ Em agosto de 1937, realizou-se, em Paris, uma reunião da Federação Latina das Sociedades Eugénicas, com uma participação muito discreta dos eugenistas portugueses, estando presente apenas o Doutor Almerindo Lessa. Apesar de nos anais da conferência referirem que uma sociedade eugénica portuguesa estava em processo de constituição, nada indica que tenha havido qualquer envolvimento formal da Sociedade Portuguesa para o Estudo da Eugenia, que já existia formalmente desde 1934. Cf. TURDA; GILLETTE, op. cit.

¹⁸ Idem. *ibidem*.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 85.

²⁰ Sobre Mendes Correia, cf. MATOS, Patrícia Ferraz de. *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*. Oxford-Nova Iorque: Berghahn Books, 2023.

realidade portuguesa daquilo que se tornou comum na literatura internacional denominar «eugenia latina»²¹.

Neste sentido, como têm notado diferentes autores, a influência cultural e científica francesa e as concepções neolamarckistas sobre a eugenia entre as elites diretamente ligadas a esta questão, acabaram por ser determinantes sobre o modelo eugénico que vingou em Portugal²². É certo que a influência da eugenia alemã foi aparentemente mais vocal e dominante na SPEE, mas isso nunca foi suficiente para impedir que a tradição higienista — Almerindo Lessa, tido como representante da «Eugenia latina» em Portugal, discípulo de Abel Salazar, representava esta tradição — fosse dominante. Esta perspetiva eclética de pendor neolamarckista das ideias eugénicas, indiciam aquilo que singulariza, de algum modo, a realidade portuguesa, mesmo no quadro da «eugenia latina»: a subordinação clara do eugenismo ao higienismo²³. Acabando este último por constituir, na prática, não só um modelo alternativo às diversas formas de eugenismo, mas sobretudo um forte condicionamento teórico e científico ao modo como o debate sobre a eugenia se fez na sociedade portuguesa.

O movimento eugenista, como já tivemos oportunidade de referir, entendido numa perspetiva biopolítica, inscreve-se num processo que acompanha o desenvolvimento da ciência e necessita a todo o momento de instituições e de projetos políticos que o envolvam. É, aliás, esta necessidade que, no essencial, explica as diferenças de acolhimento e o seu desenvolvimento. No caso português, como também vimos, o movimento eugenista nunca teve no Estado o apoio político necessário. Nem durante a I República (1910-1926), nem na Ditadura Militar (1926-1933) ou no Estado Novo (1933-1974) os diferentes poderes viram uma ferramenta útil na eugenia para o desenvolvimento dos seus projetos. Mesmo na década de 1930, período em que a ditadura salazarista não esconde a sua ambição totalitária de formação de um Homem Novo, as elites do regime recusam-se a integrar no seu projeto político quaisquer medidas de eugenia negativa. Recusaram mesmo a tentação

²¹ TURDA; GILLETTE, op. cit.

²² Para um melhor entendimento e sobre influências do darwinismo ou do lamarckismo no pensamento eugénico português, cf. PEREIRA, Ana Leonor. «Eugenia em Portugal?» In *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, 1999, pp. 531-60; PEREIRA, op. cit., Darwin em Portugal...; MATOS, op. cit. Aperfeiçoar a 'raça', salvar a nação..., pp. 89-111; PIMENTEL, Irene Flunser. «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40» In *Análise Social*, n.151-152, 1999, pp. 477-508; _____. «O aperfeiçoamento da raça: a eugenia na primeira metade do século XX» In *História*, n. 3, 1998, pp.18-27.

²³ MATOS, op. cit., Aperfeiçoar a "raça", salvar a nação...; NINHOS, op. cit., pp. 209-242.

eugénica de «aperfeiçoamento da raça», com base na autêntica engenharia social proposta pelos eugenistas.

Uma das componentes estruturais da cultura ideológica portuguesa, sobretudo entre as elites, residia no uso politicamente instrumental e operatório do binómio inseparável decadência/regeneração. Todas as leituras do presente a transformar eram, de algum modo, «decadentes». Em contrapartida, todos os movimentos políticos vitoriosos que lhe sucediam assumiam a condição de promotores da regeneração necessária. Foi assim com a vitória do liberalismo (1820-1834) sobre o absolutismo, será assim com a implantação da República em 1910, para voltar a ser assim com o fim desta (1926) e a implantação do Estado Novo (1933), que também inscreveu na sua narrativa a regeneração de Portugal. Contudo, nenhum outro período viveu de forma tão evidente o sentimento de decadência da nação (que mais não era do que a percepção do atraso do país relativamente aos países mais desenvolvidos) como aquele que acabou por celebrar a iconoclasta geração de 1870 (Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós)²⁴. Importa reter, como aspeto importante, para a questão da eugenia, que as causas profundas para a nossa decadência como povo e como nação, não eram biológicas e/ou hereditárias, mas culturais e morais. Para os setores mais progressistas era a falta de educação e o facto de não levarmos mais longe todo o legado iluminista que explicava o nosso atraso. Por seu lado, os setores mais conservadores e antiliberais, culpavam todo o legado da revolução francesa, pela decadência atingida.

A eugenia como prática e formalização legal, apesar de conhecida e divulgada por uma minoria de médicos e cientistas em congressos e revistas da especialidade, apresentando-a como uma tecnologia capaz de «melhorar a raça», nunca foi suficientemente influente e atrativa para poder incorporar as principais estratégias políticas dominantes na primeira metade do século XX. A explicação para a nossa decadência e a crise do liberalismo, que se viveu no período entre guerras, com especial incidência na década de 1920, mobilizou política e intelectualmente as elites portuguesas, mas a eugenia foi praticamente ignorada pelos movimentos culturais e ideológicos que hegemonizam, à esquerda e à direita, o debate na sociedade portuguesa. Nada de relevante encontrámos sobre a eugenia na revista *Seara Nova* (1921)²⁵, que à esquerda

²⁴ CATROGA, op. cit.

²⁵ Os seareiros, totalmente imbuídos do racionalismo neoiluminista em defesa da modernidade, baseavam toda a sua luta no primado da cultura, na ação política e na eficácia das ideias na transformação das sociedades. Colocavam, por isso, como prioridade, num assumido vanguardismo intelectual, o aperfeiçoamento das elites através da educação e do conhecimento, como solução para a regeneração

hegemonizou o debate político, cultural e ideológico nas décadas de 1920 e 1930, espaço onde se verificaram inúmeras polémicas sobre praticamente todas as correntes políticas, científicas e culturais contemporâneas²⁶. Este alheamento dos intelectuais seareiros, sempre tão atentos à atualidade cultural e científica, poderá ser explicado por uma de duas razões: a) a eugenia e as questões científicas e biopolíticas eram desconhecidas entre os seareiros, o que custa a crer, dada a sensibilidade do grupo para questões desta natureza; b) ou, mais provável, a eugenia em Portugal manteve-se muito circunscrita institucionalmente, num quadro científico muito delimitado.

A investigação que fizemos aos principais órgãos dos movimentos conservadores e antimodernistas ligados ao Integralismo Lusitano, que à direita aglutinavam as elites anti-iluministas e defensoras do autoritarismo corporativista, deu um resultado em tudo semelhante ao que já referimos para a *Seara Nova*: um surpreendente silêncio sobre a eugenia e, mesmo quando a questão era a «Raça/Nação» e a regeneração destas (sempre vistas como uma unidade), as soluções apresentadas não passavam pela via hereditária²⁷. A regeneração necessária era mais cultural que biológica, era mais institucional do que hereditária.

Significa isto que a eugenia não teve defensores em Portugal? Claro que não. Como já referimos, são inúmeros os exemplos de médicos, professores universitários e investigadores que divulgaram e defenderam a eugenia como uma solução a ter em conta para a elevação física e intelectual dos portugueses. Estas personalidades ocupavam cargos da maior relevância, bastando para isso ver as que, no início da década de trinta (1934, data da

de Portugal, recusando o positivismo e as concepções filosóficas materialistas. Nada mais distante, como vemos, das propostas de engenharia social defendidas pelos eugenistas. Sobre o movimento seareiro e a revista *Seara Nova*, Cf. AMARO, António Rafael. *A Revista Seara Nova nos anos vinte e trinta: Memória, Cultura, Poder (1921-1939)*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 1995.

²⁶ Sobre cultura, política e ciência, nas décadas de 1920-30, destacamos apenas as mais importantes e que tiveram como interveniente António Sérgio: as polémicas travadas com António Sardinha, líder do movimento integralista; com Cabral Moncada, catedrático de direito da Universidade de Coimbra, sobre o conceito de história; com Abel Salazar, sobre a divulgação da ciência, tendo como pano de fundo o neopositivismo; com Bento de Jesus Caraça sobre ciência e cultura, etc. Cf. FITAS, Augusto; PRÍNCIPE, João (Eds). *A Seara Nova e os Debates Contemporâneos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2022.

²⁷ O movimento integralista (1914-1933) em Portugal é influenciado pelos intelectuais conservadores franceses, como George Sorel (1847-1922); Gustave le Bon (1841-1931); Maurice Barres (1862-1923); Charles Maurras (1868-1952) que, no essencial, colocam em causa os valores legados pela modernidade e pela Revolução Francesa. Do ponto de vista político, o Integralismo Lusitano advogava o regresso à matriz monárquica, absolutista e orgânica do período anterior à revolução francesa. O nacionalismo e o catolicismo social que os integralistas professavam, bem como a ideia de império colonial que defendiam, acabaram por sustentar ideologicamente o salazarismo. Cf. PINTO, António Costa. «A Formação do Integralismo Lusitano, 1907-1917» In *Andlise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982, pp. 1409-1419.

aprovação dos Estatutos), participaram na formação SPEE²⁸. Destaque-se, pela sua importância social e política, o Professor Eusébio Tamagnini, ministro da Instrução Pública (1934-1936), o qual, não fazendo, embora, o seu registo de interesses, viria a aprovar, na qualidade de ministro, os Estatutos da SPEE, que depois viria a dirigir.

Só três anos depois da sua fundação, é que a SPEE viria a ter instalações próprias, precisamente no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, de que foi diretor Eusébio Tamagnini. Se nos ativermos aos ambiciosos objetivos dos Estatutos da SPEE, que visava «promover o estudo sobre a hereditariedade e eugenia, com vista ao aperfeiçoamento físico e intelectual dos portugueses», criando «na opinião pública um ambiente favorável à eugenia», capaz de a levar à escola, à família e às corporações e associações», conforme a matriz corporativista do regime, talvez se possa dizer que o seu impacto na sociedade portuguesa ficou aquém das ambiciosas intenções dos principais signatários²⁹.

Ainda assim, destaquem-se os efeitos na sociedade portuguesa com a emergência de novos protagonistas ligados ao desenvolvimento científico (médicos, cientistas, investigadores ligados à biologia e aos estudos da população) que, de alguma maneira, vão rivalizar e progressivamente destronar as elites ligadas às humanidades. Estes novos atores, conscientes da autoridade que as novas ciências lhes davam, encaram o debate sobre a decadência da nação e da «raça» numa perspetiva totalmente diferente: não é a história, a

²⁸ Como fundadores da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, em 1934, destaquem-se: a) ligados à Universidade de Coimbra como professores, refiram-se José Alberto dos Reis, Diretor da Faculdade de Direito (1916-1920 e 1922-1927) e futuro Presidente da Assembleia Nacional do Estado Novo Corporativo (1935-1938; 1938-1942; 1942-1945); Alberto Pessoa, Alberto Rocha Brito (Diretor de Serviço de Dermatologia); Álvaro de Matos (Fundador da Maternidade de Coimbra), todos professores da Faculdade de Medicina; Como responsável pela secção de Lisboa da SPEE foi eleito o médico e professores, Henrique Jardim de Vilhena (entre 1925-1926, foi reitor da Universidade de Coimbra e publicou vários trabalhos sobre anatomia e antropologia). À secção de Lisboa também pertenceu Henrique João Barahona, licenciado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1930, e que viria a ser bolseiro, entre 1934-1936, da Junta de Educação Nacional na Alemanha Nazi. Como responsável pela secção do Porto da SPEE foi eleito António Mendes Correia (1888-1960), licenciado em medicina, em 1911. Apesar de ser licenciado em medicina, António Mendes Correia, destacou-se como professor de História, Geografia e Etnologia na Faculdade de Letras do Porto e Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da mesma cidade. Foi Diretor do Instituto de Investigação Científica de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto (1923), Diretor da Escola Superior Colonial, que mais tarde se veio a chamar Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (1946), e Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa (1951), entre outros cargos.

²⁹ Para um melhor conhecimento do conteúdo dos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, cf. PORTUGAL. *Portaria 7948, Diário do Governo*, I Série, n.º 293, de 14 de dezembro de 1934. (<https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1934/12/29300.pdf>)

cultura ou as mentalidades que explicam tudo sobre o sucesso dos povos, mas os novos conhecimentos trazidos pela matemática, a engenharia, a economia, a demografia, a biologia, a genética.

Pelo que referimos anteriormente, talvez não surpreenda que o movimento eugenista tivesse encontrado dificuldades de aceitação na sociedade portuguesa. A eugenia teve, desde o início, muita dificuldade em se posicionar como alternativa ao higienismo ambientalista dominante, ao reformismo político-cultural e das mentalidades comuns aos projetos políticos à esquerda e à direita e, muito naturalmente, à matriz antimodernidade da igreja católica. A proposta eugenista inscrevia-se num longo percurso iluminista, secularizador e racionalista das mundividades que os católicos sempre combateram. E deste modo, aliaram-se, ainda que por razões diferentes, a todos os setores que, à esquerda e à direita, recusavam a biopolítica eugenista como instrumento de regeneração da «raça» e da nação. O peso da tradição histórico-cultural na explicação da decadência portuguesa acabou assim por condicionar também o modo como se fez a receção das teorias eugenistas. Com efeito, a agenda reformadora eugenista confrontou-se com uma narrativa de uma nação portuguesa limpa da sua multietnicidade (celtas, fenícios, cartagineses, judeus, árabes, africanos)³⁰, em que apenas se reconheciam os «traços flagrantes» deixados pelos germânicos, desvalorizando a presença semita ou africana³¹.

O peso de uma cultura histórico-literária (em oposição a uma cultura das ditas ciências exatas) na explicação das causas da decadência portuguesa e a existência de uma importante tradição neolamarckista nas práticas de higiene e saúde públicas condicionaram muito a aceitação biossocial da eugenia com o seu forte pendor hereditário³². A posição da igreja católica esteve sempre mais perto desta perspetiva, como veremos a seguir.

A oposição da Igreja Católica à eugenia

A eugenia era conhecida, discutida e disseminada em círculos muito ligados à saúde e à Universidade, mas é bom reconhecer que as suas propostas nunca assumiram um papel central de debate no espaço público. Desde logo,

³⁰ Recorde-se que António Sardinha (1887-1925), fundador e principal ideólogo do Integralismo Lusitano nem a influência dos árabes reconhecia. Apesar da evidência histórica de tantos povos que permaneceram na Península Ibérica, para ele, a «pureza da raça» permanecia inalterada.

³¹ MATOS, op. cit., *Anthropology, Nationalism and Colonialism...*; _____, op. cit., *Aperfeiçoar a “raça”*, salvar a nação...

³² PEREIRA, op. cit., *Eugenia em Portugal?*, pp. 531-60.

por razões científicas, sociais e políticas. Portugal estava longe de ter cientistas e instituições científicas ligadas à eugenia com peso e capacidade para, por si só, colocarem a teoria e as práticas eugénicas no centro da discussão. Esta pretensão foi, desde logo, prejudicada pelo facto de as elites políticas mais influentes, ligadas aos vários projetos políticos regeneradores em presença na sociedade portuguesa na primeira metade do século XX, não incluírem nos seus diagnósticos decadentistas terapêuticas biopolíticas eugénicas. O facto de grande parte da assistência social pública estar muito dependente do papel das instituições ligadas à igreja católica, onde existia uma tradição higienista com evidências de uma prática social persistente, acabou por condicionar o debate e o grau de aceitação da eugenia. A perspetiva higienista de prevenção das doenças e de erradicação de problemas sociais, como o alcoolismo e a prostituição, bem como a subordinação da resposta hereditária ao paradigma neolamarckista há muito conhecido e praticado, talvez ajude a explicar o fraco debate público entre as elites políticas sobre o que estava em jogo. Refira-se, a este propósito, que a perspetiva neolamarckista num contexto cientista e secularizador, que acabava por colocar novos desafios ao papel da igreja na sociedade e na família, era de mais fácil aceitação entre os católicos.

Ainda assim, em Portugal, a hierarquia da igreja católica aparentemente acompanhou os debates sobre a eugenia, que, refira-se, tinha apoiantes católicos leigos conhecidos, sem qualquer polémica oficial pública digna de registo. Não são conhecidas, por parte da hierarquia católica, tomadas de posição formais sobre a eugenia (como também não é conhecida qualquer posição oficial da parte do governo de Oliveira Salazar), muito embora fossem bem conhecidas as orientações doutrinárias do Papa. A encíclica papal «Casti connubii» (dezembro de 1930) veio repor a posição e a autoridade da igreja na esfera «sacralizada» da família, do matrimónio e da sexualidade. Numa altura em que, nalguns países de religião protestante, se abriam brechas no sentido da aceitação de práticas de eugenia positiva e negativa, a encíclica de Pio XI reiterava a sua oposição a qualquer forma de controlo da natalidade, esterilização ou aborto. Estavam traçadas as linhas vermelhas nesta matéria, afastando-se da igreja anglicana que, em agosto de 1930, na conferência de Lambeth, admitia o controlo artificial da natalidade. Princípio inaceitável entre os católicos, nomeadamente a interferência da ciência no casamento e na reprodução. Admitir isto, como defendiam os eugenistas, era não só uma negação do carácter sagrado do matrimónio, como uma intrusão no domínio da sexualidade e da família.

Na referida encíclica «Casti connubii» é reafirmado a dado passo:

«com demasiada solicitude dos fins eugénicos, não só dão certos conselhos salutarés para que facilmente se consiga a saúde e o vigor da futura prole - o que não é, certamente, contrário à reta razão - mas chegam a antepor o fim eugénico a qualquer outro, ainda que de ordem superior, e desejam que seja proibido, pela autoridade pública, o matrimónio a todos aqueles que, segundo os processos e conjeturas da ciência, supõem deverem gerar uma prole defeituosa por causa da transmissão hereditária, embora pessoalmente sejam aptos para contrair matrimónio»³³.

A Igreja Católica, pelo que se percebe, opunha-se a todas as formas de eugenia negativa e, sobretudo, preocupava-a a ingerência da ciência e do Estado numa instituição como a família. Em Portugal, os católicos não só acompanham esta doutrina como se mostravam atentos à sua evolução na sociedade portuguesa. O *Jornal Novidades*, órgão oficial do episcopado português, em junho de 1933, adverte os católicos para tomarem «as precauções necessárias para considerar esta nova ciência»³⁴. No seu entender, não deviam ver a eugenia como um «simple capítulo médico, inofensivo e especializado, pois, a coberto do espírito científico propaga-se uma filosofia de absolutismo materialista (equiparação do homem ao animal), uma política de absolutismo estatal (o direito do Estado de intervir na vida íntima dos cidadãos)»³⁵.

As preocupações com a eugenia, é curioso, não tinha diretamente a ver com a realidade portuguesa, mas com a publicação de um livro de Tristão de Athayde (pseudónimo de Alceu Amoroso Lima), escritor e intelectual católico brasileiro³⁶. O jornalista católico português, definindo a orientação do jornal «Novidades», aproveita a publicação do livro «Ensaio de Biologia», do referido autor brasileiro, para criticar o escritor Bernard Shaw (dramaturgo irlandês, defensor da eugenia) acusando-o de veicular ideias que apresentam «a transformação eugénica da humanidade» como «a única que conta»,

³³ PIO XI. *Carta encíclica casti connubii do Papa Pio XI sobre o matrimónio Cristão*.

³⁴ NOVIDADES, n.º 11 759, 24 de junho, 1933, p. 1.

³⁵ Idem. *Ibidem*.

³⁶ Sobre o impacto do livro de Tristão de Athayde, «Ensaio de Biologia», Livraria Católica, 1933, e, do mesmo autor, «Limites da Eugenia» In *Ensaio de Biologia*, Livraria Católica, 1933, ver GIESBRECHT, Daniel F. «Divus contra Galton: o debate eugénico a partir da produção intelectual católica brasileira na década de 1930» In *ARIES Anuario de Antropología Iberoamericana*, pp. 1-6, 2023. (<https://aries.aibr.org/articulo/2023/27/4897/divus-contra-galton-o-debate-eugenico-a-partir-da-producao-intelectual-catolica-brasileira-na-decada-de-1930>)

desvalorizando o que poderia ser realizado através das «modificações de instituições políticas, sociais ou religiosas»³⁷.

Também em Portugal, lamenta o mesmo articulista do principal jornal do episcopado português, era possível sentir «a invasão da tirania eugenista pisar a terra portuguesa, soprada de todos os lados como remédio contra o nosso atraso social»³⁸. E comungando das ideias de Tristão de Athayde para o Brasil, rematava: «como ele julgamos que o pior mal a combater não é a barbárie, como geralmente se costuma dizer, mas a chamada civilização». Ao mesmo tempo, procurando ver na suposta modernidade científica da eugenia não mais do que «uma ideia velha pagã», criticava as «aberrações que se procuram introduzir como descobertas e progressos alcançados por novas luzes»³⁹. Pois, no seu entender, «o eugenismo, na sua essência, é tão velho como o paganismo»⁴⁰. E, citando mais uma vez o intelectual católico brasileiro Tristão de Athayde que, por sua vez, se socorrera do poeta grego Teognis (escreveu seis séculos antes de Jesus-Cristo), o articulista do jornal *Novidades* chama a atenção para a seguinte passagem:

«preocupamo-nos em ter burros e cavalos de boa raça porque sabemos que o bom procede do bom; entretanto, um homem sadio não recusa esposar uma mulher doente se ela tiver dinheiro. É o dinheiro que abastarda a raça. Não há que admirar se esta decai, uma vez que o mau se cruza com o bom»⁴¹.

A ideia eugenista que pretendia ser nova, afinal, nada tinha de moderna senão na sua vertente materialista. Materialismo, aliás presente, em todas as concepções «que pretendem elevar “o super-humanismo eugénico” à valia de evangelho do século XX»⁴². E procurando meter no mesmo saco inaceitável as filosofias políticas e as religiões luteranas, conclui dizendo «que os fanáticos do eugenismo se repartem entre os partidários dum super-humanismo, materialista em filosofia e comunista em política e os reformadores idealistas saídos das extravagâncias religiosas em que hoje se dissolve o evangelismo luterano»⁴³.

³⁷ NOVIDADES, op. cit.

³⁸ Idem. Ibidem.

³⁹ Idem. Ibidem.

⁴⁰ Idem. Ibidem.

⁴¹ Idem. Ibidem.

⁴² Idem. Ibidem.

⁴³ Idem. Ibidem.

De um lado e do outro do atlântico, os católicos estavam unidos na mesma fé e no combate ao eugenismo. Em ambos os países (mais no Brasil do que, apesar de tudo, em Portugal) a igreja católica sentiu a pressão dos desafios da modernidade, em que todo o projeto científico e biopolítico eugenista se insere. Lá como cá, a igreja acabou por ser, pelo poder social que representava, um obstáculo à institucionalização da eugenia. Acabando por vingar em ambos os países, com as especificidades próprias de cada um deles, o paradigma neolamarckista de influência francesa, mais concentrado na promoção da higiene e na prevenção das doenças⁴⁴.

Conclusão

É inegável que, durante a primeira metade do século XX, as conceções higienistas e eugenistas, bem como as questões relacionadas com a raça, acabaram por se confrontar em Portugal. A eugenia, como prática institucionalizada, nunca foi aceite nos seus aspetos negativos, mas teve muitos e persistentes defensores. A sua defesa como teoria e prática, em Portugal, como na maior parte dos países, assentava numa conceção de decadência da «raça», na sua progressiva degenerescência, exigindo respostas urgentes no sentido de inverter a situação, ou seja, a gravidade da situação (decadência) exigia respostas biopolíticas só ao alcance da eugenia. A questão, assim colocada, não aspira disfarçar o indisfarçável: a superioridade «rácica», por um lado, e a necessidade imperiosa dos povos, que queriam ser fortes e saudáveis, de tudo fazer para constituir «boas gerações». Foi, portanto, neste quadro científico e social, em que se cruzavam propostas higienistas, eugenistas e racistas, que o movimento em prol da eugenia como salvadora da «boa descendência» se desenvolveu em Portugal.

Porém, as ideias com implicações sociais, científicas ou pseudocientíficas, carecem sempre de instituições, no fundo, de uma cultura favorável ou não à sua aceitação e disseminação. Por sua vez, as sociedades onde essas ideias se disseminam estão longe de ser meros recetáculos passivos. Foi isso que, de algum modo, se passou em Portugal, enquanto país recetor das teorias eugénicas, que acabaram condicionadas pelas condições institucionais (normas, regras, leis, práticas) existentes no momento e período da sua receção.

⁴⁴ STEPAN, Nancy Leys. «Eugenia no Brasil, 1917-1940» In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, Controlar, Curar. Ensaios Históricos sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe* [online]. Fiocruz, Rio de Janeiro, pp. 330-391; WEBER, op. cit., pp. 205-217; TURDA; GILLETTE, op. cit.; PEREIRA, op. cit., Eugenia em Portugal?, pp. 531-60; PEREIRA, op. cit., Darwin em Portugal... CLEMINSON, op. cit., Between Germanic and Latin eugenics..., pp.73-91.

Muito embora possamos acompanhar os momentos de receção e disseminação do movimento eugenista em Portugal, ficará sempre um lado cinzento nesse percurso, a todo o momento iluminado por novas investigações. Foi também isso que procurámos fazer, ao surpreendermos o percurso da eugenia num tempo político e social bem determinado. E neste sentido, foi fácil observar que, à medida que avançamos no século XX, a eugenia foi ganhando adeptos, sobretudo entre uma pequena elite de médicos, professores universitários, antropólogos e cientistas. Porém, a eugenia, nem no seu período de maior fulgor, na década de 1930, conseguiu afirmar-se como uma ideia central na sociedade portuguesa. Por outras palavras, a eugenia nunca se assumiu, em Portugal, como uma questão científica, política, cultural ou mesmo religiosa, que obrigasse os principais espaços de debate público (revistas, jornais, partidos políticos, parlamentos) a virem a terreiro em seu apoio e/ou contestação. O debate existiu e tem sido referenciado ao pormenor por vários estudos, mas acabou por se circunscrever a um círculo muito restrito de novos protagonistas, que, por falta de escala e de público, tiveram muita dificuldade em romper a concha de onde procuraram disseminar as suas ideias.

Não encontramos a eugenia, portanto, fora dos círculos académicos e das revistas médicas especializadas e, ainda que possamos encontrar alguns dos seus defensores em cargos políticos ou académicos com alguma relevância, nunca reuniram condições políticas para mobilizar as suas ideias no sentido da sua institucionalização. As influências e o conhecimento daquilo que se praticava noutros países, nomeadamente em França, Alemanha, Inglaterra, Brasil, era muito e aturado. Mas de tudo isto resultou um conjunto de ideias que, não obstante, permanecerem bem evidentes as marcas germânicas em figuras como Eusébio Tamagnini e em muitos dos que, com ele, fundaram a SPEE, foi sempre a vertente ambientalista a dar o tom da eugenia em Portugal.

Faltaram, por isso, as condições sociais, políticas e institucionais para que os defensores da eugenia mais negativa tivessem sucesso. Não foi, portanto, por falta de empenho que isso não aconteceu. Em 1934, o professor Eusébio Tamagnini, na lição inaugural da Universidade de Coimbra, parecia acreditar no poder da eugenia como via de purificação étnica. Porém, estas ideias, aparentemente mobilizadoras, não encontraram na sociedade portuguesa o necessário caldo cultural, político e ideológico que as fizesse vingar. Nem durante a I República (1910-1926), nem no contexto da Ditadura Militar (1926-1933), ou no ambiente mais favorável da criação do «Homem Novo» salazarista (1933-1968), ganhou destaque dominante nos principais movimentos

político-ideológicos qualquer projeto de regeneração nacional que trouxesse consigo soluções eugénicas hereditárias.

A regeneração nacional à esquerda e à direita nunca colocou no centro do debate, como aconteceu noutras paragens, a questão da eugenia, que acabou confinada, mantendo uma certa tensão, a instituições universitárias e de saúde pública. Os modelos alternativos de regeneração nacional existentes e o papel da igreja católica na defesa de práticas ambientalistas e de higiene social, parecem ter sido diques suficientemente fortes para impedir a institucionalização de práticas de eugenia hereditárias. A forte tradição neolamarckista de higiene pública ambiental, o peso que a igreja católica tinha em instituições ligadas à proteção social e saúde públicas, acabaram por ser de tal forma dominantes que, depois da II Guerra Mundial, a eugenia germânica, que tanto agradava a certas figuras em Portugal, deixou de ser tema e, nalguns casos, a sua defesa foi mesmo apagada de algumas biografias.

Referências

- ALLEN, Garland E. «Eugenics and Modern Biology: Critiques of Eugenics, 1910-1945» In *Annals of Human Genetics*, 2011, n. 75, p. 314.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. «Longing for oneself: hybridism and miscegenation in colonial and postcolonial Portugal» In *Etnográfica*, v. 1, 2002, pp. 181-200.
- AMARO, António Rafael. *A Revista Seara Nova nos anos vinte e trinta: Memória, Cultura, Poder (1921-1939)*. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 1995.
- BASHFORD, Alison; LEVINE; Philippa (Eds.). *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História. Socialismo. Política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- CLEMINSON, Richard. «Eugenics in Portugal, 1900–1950: setting a research agenda» In *East Central Europe*, v. 38 n. 1, 2011, pp. 133-154.
- _____. *Catholicism, Race and Empire. Eugenics in Portugal, 1900-1950*. Budapest: Central European University Press. 2014.
- _____. «Between Germanic and Latin eugenics: Portugal, 1930-1960» In *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, pp. 73-91.

FITAS, Augusto; PRÍNCIPE, João (Eds). *A Seara Nova e os Debates Contemporâneos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2022.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 23, Ed. S. Paulo, Graal, 2004.

GIESBRECHT, Daniel F. «Divus contra Galton: o debate eugênico a partir da produção intelectual católica brasileira na década de 1930» In *ARIES. Anuario de Antropología Iberoamericana*, pp: 1-6, 2023.

KEVLES, Daniel J. *In the Name of Eugenics: Genetics and the Uses of Human Heredity*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

MATOS, Patrícia Ferraz de. «Aperfeiçoar a “raça”, salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal» In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 50, 2010, pp. 89-111.

_____. *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*. Oxford-Nova Iorque: Berghahn Books, 2023.

NINHOS, Cláudia. «A discussão em torno da eugenia em Portugal» In PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia. *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates, 2013, pp. 209-242.

NOVIDADES, n.º 11 759, 24 de junho, 1933, p. 1.

PEREIRA, Ana Leonor. *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia. História. Engenharia Social*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

_____. «Eugenia em Portugal?» In *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, 1999, pp. 531-60.

PIMENTEL, Irene Flunser. «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40» In *Análise Social*, n.151-152, 1999, pp. 477-508.

_____. «O aperfeiçoamento da raça: a eugenia na primeira metade do século XX» In *História*, n.3, 1998, pp. 18-27.

PINTO, António Costa. «A Formação do Integralismo Lusitano, 1907-1917» In *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982, pp. 1409-1419.

PIO XI. *Carta encíclica casti connubii do Papa Pio XI sobre o matrimónio Cristão*.

PORTUGAL. *Portaria 7948, Diário do Governo*, I Série, n.º 293, de 14 de dezembro de 1934. (<https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1934/12/29300.pdf>)

STEPAN, Nancy Leys. «Eugenia no Brasil, 1917-1940» In HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs). *Cuidar, Controlar, Curar. Ensaios Históricos sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe* [online]. Fiocruz, Rio de Janeiro, pp. 330-391.

TURDA, Marius. *Modernism and Eugenics*. Basingstroke: Palgrave Macmillan, 2010.

TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. London: Bloomsbury, 2014.

WEBER, Maria Julieta. «Eugenia Latina em Portugal e no Brasil (primeira metade do século XX)» In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 63, 2023, pp. 205-217.

WEINGART, P. «Science and Political Culture. Eugenics in Comparative Perspective» In *Scandinavian Journal of History*, vol. 24, 2, 1999, pp. 163-177.

Artigo recebido para publicação em 31/07/2024

Aprovado em 17/10/2024.